

**Governo desanda quando o próprio líder
vota contra o Prefeito General Silva e Luna**

■ Página 4 e 5

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 21 a 27 de julho de 2026 | Edição 439 | Ano XII | R\$ 3,00

EXCLUSIVO

VEREADORAS MARCIA BACHIXTE E VALENTINA ROCHA VOTARAM CONTRA PROJETO EDUCATIVO SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS



■ **Professoras
votaram contra
projeto de Lei que
propõe mensagens
de prevenção às
drogas nos materiais
escolares da rede
municipal de ensino**

■ Página 8

**Pintar a grama sobre o asfalto pode?
Mas afinal. Quem fiscaliza o Fiscal?**

■ Página 7

PRETO NO BRANCO

QUE VERGONHA PROFESSORAS

A presepada das duas vereadoras (Valentina Rocha e Marcia Baichixe) passou todos os limites da razoabilidade. Votar contra a inclusão de material didático na prevenção da drogatização nas escolas. Afinal de que lado vocês estão?

QUE VERGONHA VEREADORES

Alem das duas vereadoras professoras (Valentina Rocha e Marcia Baichixe), outros dois vereadores também votaram contra o projeto didático de prevenção ao uso de drogas. Foram eles Adnan El Sayed e Yasmin Rachem. Pais de alunos lembraram de vocês nas próximas eleições.



RADICALISMO NA RF

Tudo que se extrapola ao extremismo é maléfico a sociedade. O novo delegado da Alfândega da Receita Federal de Foz do Iguaçu adotou o radicalismo e proibiu o corredor humanitário a pessoas necessitadas. Se existia excessos, que fizessem um recadastramento? Mas não, decidiu radicalizar, indo na contra mão das diretrizes do governo federal. Se o governo fosse radical como ele foi, o exonerava imediatamente.

CONVENÇÕES

Chegou a fase das convenções partidárias. Até que enfim os partidos vão definir quem serão os candidatos. O mais engraçado de tudo isso são pré-candidatos que nem conseguira se eleger vereadores a gora acham que serão deputados. Ou na verdade estão apenas interessados no fundo eleitoral?

DIREITA E ESQUERDA RACHADA

Alguns dizem que a direita tem um ego tão grande não conversam entre si. Isso é verdade. Mas não é só a direita que vive rachando. O Partido dos Trabalhadores de Foz está no mesmo caminho. A Federação PT, PV e PCdoB lançarão no mínimo quatro candidatos a Deputado Estadual. No final das contas o racha demonstrará que quatro é muito para comer um único sanduiche de mortadela.



GENERAL? E A AV. ITABORAÍ?

O Prefeito General Silva e Luna disse que iria duplicar a Avenida Itaboraí. Essa promessa é para quando?

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Um gato e três pingados vão no lançamento da pré-candidatura de Paulo Mac Donald

Vexame no salão: Quando o luxo não esconde o vazio, afinal o hotel era de luxo, o público nem tanto

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em política, há eventos que parecem uma demonstração de força. Outros parecem uma reunião de condomínio com coffee break reforçado. O lançamento da pré-candidatura de Paulo Mac Donald no Hotel Viale Cataratas conseguiu a proeza de ser anunciado como um grande ato político e terminar com cara de palestra motivacional em horário comercial.

O salão luxuoso estava impecável. As cadeiras alinhadas, o palco montado, os convidados ilustres presentes, deputados, vereadores, jornalistas e equipe técnica. O problema é que, entre o brilho dos lustres e o eco do microfone, faltou um detalhe fundamental: gente.

Das 450 cadeiras preparadas para o evento, apenas 86 pessoas compareceram, contando inclusive aqueles que estavam no próprio palco. Traduzindo para o português político: sobrou cadeira, sobrou espaço e sobrou constrangimento.

De 2.000 para 86: A matemática da saudade

O contraste com o lançamento da pré-candidatura de Rosa Maria Geronimo em 2022 é inevitável. Na época, o Hotel Recanto recebeu aproximadamente 2.000 simpatizantes. As urnas depois mostraram que multidão não garante vitória absoluta, mas pelo menos demonstrou capacidade de mobilização, logrando êxito na soma total de



24.588 votos, 0,40%, ficando na 1ª suplência.

Já o evento de Paulo Mac Donald produziu um número que cabe facilmente em uma planilha de reunião interna. Se em 2022 havia clima de campanha, em 2026 houve clima de retrospectiva.

■ **Rosa Maria Geronimo (2022).** Lançamento da pré-candidatura. 2.000 simpatizantes presentes

■ **Paulo Mac Donald (2026).** Pré-candidatura. Lançamento no Viale Cataratas. 86 incluindo palco e equipe.

O passado subiu ao palco

Mas o maior problema talvez nem tenha sido a quantidade de pessoas. O verdadeiro espetáculo aconteceu quando o pré-candidato pegou o microfone.

Quem esperava ouvir propostas para o futuro encontrou um álbum de memórias em versão estendida. Em vez de explicar o que pretende fazer caso seja eleito, Paulo Mac Donald preferiu revisitar sua

trajetória política, suas realizações passadas e capítulos já conhecidos da população.

Faltou responder à pergunta que qualquer eleitor faz: "E daqui para frente?"

O eleitor de 2026 não vota em lembranças. Vota em expectativas. E, quando um candidato passa mais tempo explicando o que fez há décadas do que o que fará nos próximos anos, a impressão é de que a campanha está olhando pelo retrovisor.

Equipe desafinada ou candidato fora de sintonia?

O evento deixa duas hipóte-

ses igualmente desconfortáveis.

■ **Hipótese 1:** A equipe falhou gravemente na mobilização e na estratégia do lançamento.

■ **Hipótese 2:** O próprio candidato está desconectado do humor político de 2026.

Em qualquer uma das alternativas, o resultado foi o mesmo: um lançamento que deveria demonstrar força terminou servindo de combustível para os adversários.

Quando o eco fala mais alto que os aplausos

Na política, imagem importa. Um salão vazio fala antes

mesmo do primeiro discurso. E o lançamento de Paulo Mac Donald produziu exatamente a fotografia que nenhum pré-candidato deseja ver circulando: cadeiras sobrando, público escasso e um discurso preso ao passado.

O episódio não define sozinho uma eleição, mas acende um alerta evidente. Se o objetivo era mostrar que existe uma onda crescente em torno da pré-candidatura, o que apareceu foi algo bem diferente: um evento onde o eco do salão parecia competir em volume com os aplausos.

E assim nasceu a frase que já circula nos bastidores da política iguaçuense: "Um gato e três pingados foram ao lançamento da pré-candidatura de Paulo Mac Donald."

Uma expressão cruel, sarcástica e talvez exagerada. Mas, diante das imagens do evento, fica difícil convencer alguém de que o exagero foi muito grande.



LÍDER SEM EXÉRCITO?

Governo desanda quando o próprio líder vota contra o Prefeito

Quando o comandante da tropa resolve marchar na direção oposta

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Se existe uma função que dispensa manual de instruções, é a de líder de governo. A lógica é simples: defender os interesses do Executivo, articular votos, organizar a base e evitar que o prefeito passe vergonha em plenário.

Mas, ao que tudo indica, em Foz do Iguaçu resolveram inovar. O conceito de liderança ganhou uma releitura quase artística: o líder fala uma coisa, orienta outra e vota uma terceira. É a política em versão "escolha sua própria aventura".

A votação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 323/2025, que institui o protocolo antirracista e de combate à intolerância religiosa nas escolas públicas e privadas do município, acabou revelando muito mais do que uma divergência sobre um projeto. Escancarou uma crise de sintonia



dentro da própria base governista.

E o protagonista dessa novela não foi nenhum vereador de oposição. Foi justamente o líder do prefeito General Joaquim Silva e Luna na Câmara: Ranieri Marchioro.

"O discurso foi para um lado. O voto foi para outro. E o governo ficou perdido no cruzamento"

Durante a discussão da matéria, Ranieri utilizou a tribuna para defender a manutenção do veto parcial apresentado pela Prefeitura.

Argumentou que eventuais ajustes poderiam ser feitos posteriormente e ressaltou a importância do combate ao racismo e à intolerância religiosa.

Até aí, tudo absolutamente legítimo.

O detalhe curioso é que, segundo relatos da própria

sessão, antes da votação o líder teria orientado parlamentares da base governista a votarem pela manutenção do veto encaminhado pelo Executivo.

Em outras palavras, pediu que os colegas acompanhassem o prefeito...

...mas, quando chegou sua vez de apertar o botão, resolveu acompanhar a própria consciência, ou talvez outra estratégia política que, até agora, ninguém explicou.

É a mais perfeita tradução do velho ditado popular: "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço."

Aliás, nem o GPS conseguiria recalcular uma rota política tão rapidamente.

"Base aliada ou campeonato de cada um por si?"

O resultado foi um verdadeiro festival de constrangimentos. O clima pesou. Os ânimos se exaltaram. Houve bate-boca. A segurança da Câmara precisou reforçar a presença no plenário.

Tudo isso provocado não por um ataque da oposição, mas pelas pessoas que estavam no plenário, quando demonstrado as rachaduras abertas dentro da própria base governista.

Enquanto isso, alguns da imprensa que acompanhava a sessão provavelmente fazia a mesma pergunta: Afinal, quem representa o governo?

Porque, convenhamos, se o próprio líder resolve votar contra o veto do prefeito, fica difícil convencer alguém de que existe uma base organizada.

Parece mais um condomínio onde cada morador decide pintar a fachada da cor que quiser.



LÍDER SEM EXÉRCITO?

O general perdeu o comando ou a tropa resolveu andar sozinha?

Quando o líder do governo resolve liderar... a oposição ao próprio Prefeito

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

O veto acabou derrubado pela maioria dos vereadores. Votaram pela manutenção Bosco Foz, Cabo Cassol, Paulo Debrito, Sidnei Prestes e Soldado Fruet.

Já pela rejeição votaram Adnan El Sayed, Adriano Rorato, Anice Gazzaoui, Balbinot, Beni Rodrigues, Evandro Ferreira, Professora Márcia Bachixte, Valentina, Yasmin Hachem... e o próprio líder do governo Dr. Ranieri Marchioro.

Sim. O líder. Aquele cuja principal missão institucional seria justamente defender a posição do Executivo.

Se isso não é um curto-circuito político, fica difícil encontrar outra definição.

Imagine um técnico pedir para o time jogar na defesa e, quando a bola chega aos seus pés, marcar um gol contra.

Foi mais ou menos essa a impressão deixada pela sessão.

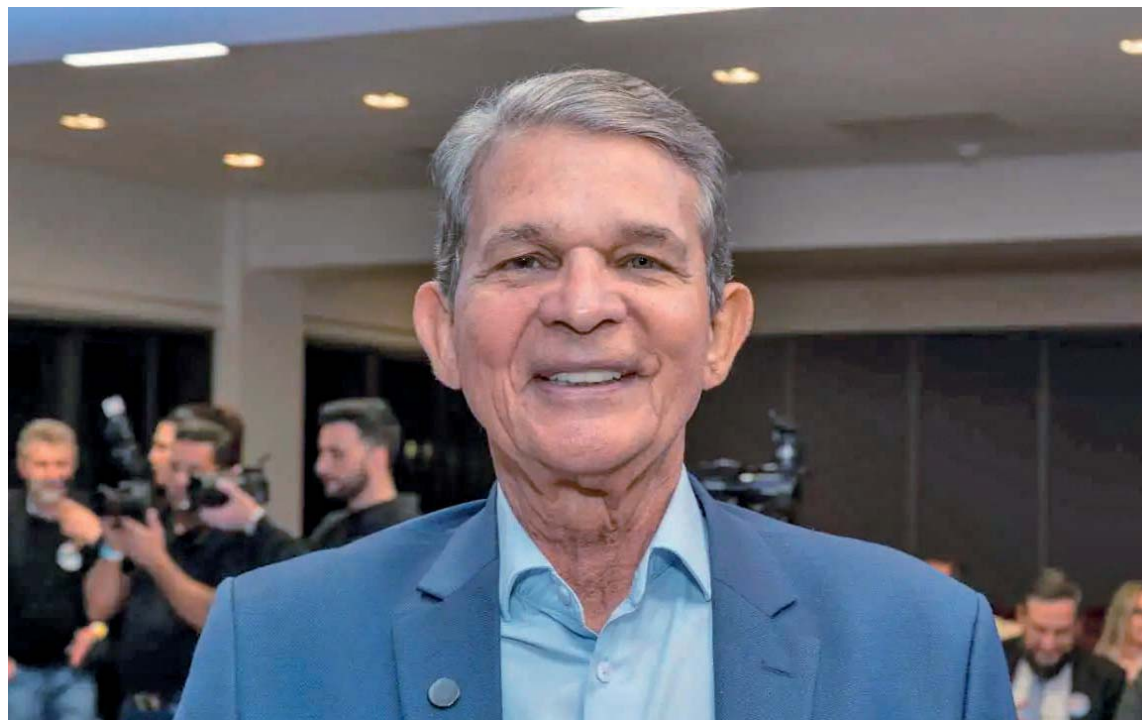
"Silêncio que fala mais alto que qualquer discurso"

Depois do episódio, esperava-se ao menos uma explicação. Uma justificativa. Uma nota. Uma entrevista. Um esclarecimento. Nada. O silêncio ocupou a tribuna.

E, na política, silêncio raramente significa tranquilidade. Na maioria das vezes, significa que alguém prefere deixar que os outros criem suas próprias versões dos fatos. E quando isso acontece, a imaginação popular trabalha em ritmo acelerado.

"Recado político ou apenas independência?"

Naturalmente começaram



as especulações. Teria sido um gesto de independência parlamentar? Um aviso ao Palácio? Um descontentamento interno? Um sinal de que a relação entre líder e governo já não seria tão harmoniosa quanto aparenta? Ou apenas uma decisão pessoal diante do mérito da matéria?

Sem declarações públicas do próprio vereador, qualquer resposta seria mera conjectura.

Mas uma coisa é impossível esconder: politicamente, o gesto teve enorme impacto. Na política, votos são mensagens. E alguns recados dispensam legenda.

"Quando a fumaça aparece, é porque alguém acendeu o fogo"

Outro detalhe inevitavelmente lembrado nos bastidores é que, após assumir a liderança do governo, a então chefe de gabinete do vereador passou a ocupar um cargo na administração municipal.

Esse fato, por si só, não comprova qualquer irregularidade nem permite concluir a

existência de interesses políticos adicionais. Ainda assim, como ocorre em qualquer ambiente político, abre espaço para questionamentos e comentários sobre o grau de alinhamento entre governo e liderança.

Após essa votação, porém, inevitavelmente surgirão novas interpretações. Se antes havia

quem enxergasse uma relação de absoluta confiança entre prefeito e líder, agora muitos passarão a perguntar se essa sintonia continua existindo.

"Um governo que começa a discutir consigo mesmo"

Existe uma velha máxima da política. A oposição faz barulho.

Mas quem realmente derruba um governo são as brigas internas. Quando o próprio líder deixa de acompanhar o prefeito em uma votação tão simbólica, o problema deixa de ser apenas o veto de um projeto.

Passa a ser a credibilidade da articulação política. Porque ninguém consegue convencer uma Câmara quando nem o encarregado de defender o governo parece disposto a seguir a mesma estratégia.

No fim das contas, a grande derrotada talvez nem tenha sido a Prefeitura naquele veto. Foi a imagem de unidade. Foi a autoridade da liderança. Foi a impressão de que existe comando.

E, olhando para a sessão, ficou uma pergunta inevitável: Se o general dá uma ordem, mas o próprio líder resolve marchar para outra direção... quem, afinal, está conduzindo essa tropa? de toda a estratégia política. Podemos dizer que o GENERAL esta sem um de seus comandantes?



FALTA DE MANUTENÇÃO

Quando todos sabem do problema, mas não tem chefe para mandar

Afinal, frase atribuída ao prefeito General Joaquim Silva e Luna, é: "Você está vendo um buraco, você só cai se for um estúpido". Então se estourar um pneu ao passar por uma lombada defeituosa, o motorista continua sendo um "estúpido"?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Enrique Alliana

Há uma ironia difícil de ignorar. Durante décadas, um general está acostumado a dar ordens, cobrar disciplina, mandar cortar grama, pintar meio-fio e exigir que tudo pareça impecável aos olhos de quem passa. Mas administrar uma cidade exige algo que tinta nenhuma consegue esconder: manutenção.

Em Foz do Iguaçu, parece que a prioridade continua sendo a aparência. A realidade pode estar quebrada, desde que esteja bem pintada.

A lombada que ganhou maquiagem, mas não conserto

Em 12 de maio de 2026, foi denunciado que uma lombada na Rua Major Acilino de Castro, em frente à Escola Municipal Professora Lucia Marlene Pena Nieradka, na Vila Yolanda, havia recebido uma mão de tinta sem que o defeito fosse corrigido.

O tempo passou. Dias viraram semanas. Semanas viraram meses. E a lombada continua exatamente como es-



tava: perigosa, irregular e pronta para transformar pneus em sucata.

Motoristas relatam pneus estourados após o impacto. Quem passa um pouco acima da velocidade acaba parando alguns metros depois para trocar o pneu ou chamar o guincho.

Mas a pintura... essa continua firme.

Quando todo mundo sabe do problema, mas ninguém manda consertar

A situação revela um retrato curioso da administração. Todo mundo conhece o problema. Moradores sabem. Motoristas sabem. A imprensa mostrou. Os servidores

provavelmente sabem. Mas parece faltar alguém que simplesmente diga: "Consertem."

Talvez exista uma fila interminável de memorandos, pareceres, despachos, carimbos e protocolos esperando autorização para fazer aquilo que deveria ser rotina: manutenção.

Enquanto isso, a cidade convive com uma espécie de burocracia ornamental. O defeito permanece. A tinta envelhece. E o problema continua prestando serviço contra o cidadão.

A filosofia do "Se você viu, a culpa é sua?"

Uma frase atribuída ao prefeito General Joaquim Silva e Luna ficou conhecida:

"Você está vendo um buraco, você só cai se for um estúpido."

A declaração virou símbolo de uma visão que, para muitos moradores, parece transferir ao cidadão a responsabilidade pelos problemas da cidade.

Mas surge uma pergunta inevitável. Se o motorista vê uma lombada defeituosa, reduz a velocidade e, ainda assim, o impacto corta o pneu, ele continua sendo o culpado?

Se o dano decorre da falta de manutenção do patrimônio público, quem responde? O motorista? Ou quem deveria manter a via em condições adequadas?

A cidade da tinta milagrosa

Foz do Iguaçu parece viver uma nova modalidade de gestão pública. Não se tapa o defeito. Não se elimina o risco. Não se resolve a causa. Pinta-se.

Talvez seja uma inovação administrativa. Buraco? Pinta. Lombada quebrada? Pinta. Meio-fio? Pinta. Grama? Corta. Problema resolvido? Evidentemente não.

Porque tinta melhora foto-

grafia. Manutenção melhora a vida das pessoas. E existe uma enorme diferença entre governar para a câmera e governar para quem paga impostos.

Quem é o zelador da cidade?

A pergunta permanece sem resposta. Quem é o responsável pela manutenção das lombadas? Quem fiscaliza? Quem cobra? Quem responde pelos prejuízos acumulados dos motoristas?

Porque administrar uma cidade não é apenas ordenar que o mato seja aparado ou que o meio-fio receba uma nova camada de cal. É garantir que aquilo que coloca a população em risco seja corrigido antes de causar acidentes.

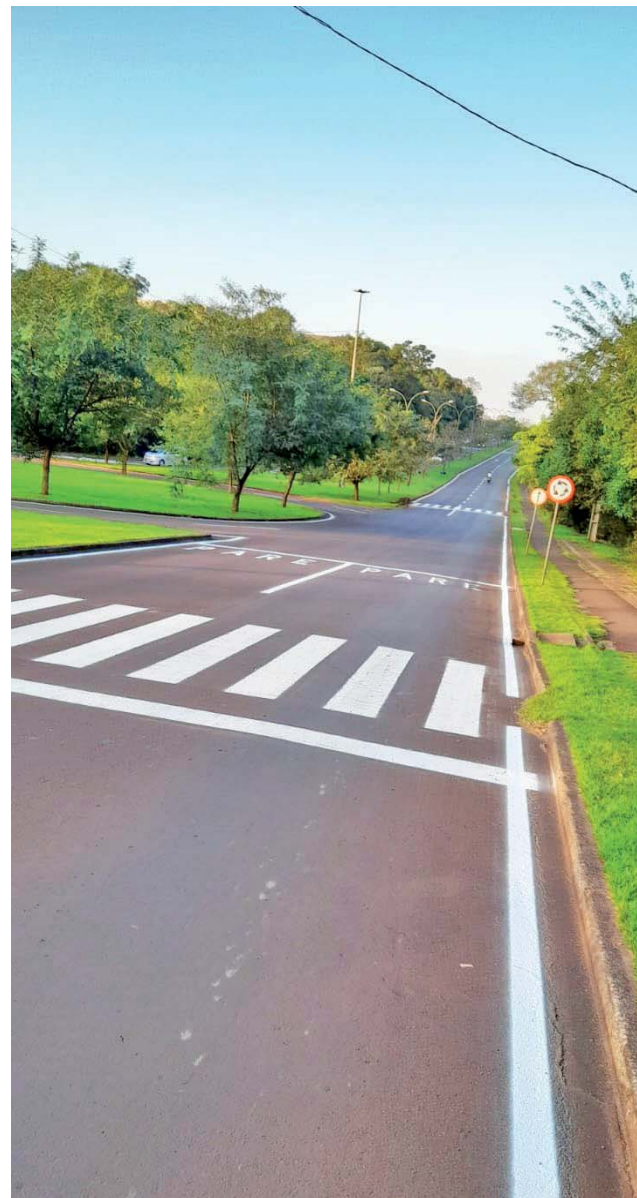
Ao que tudo indica, a lombada da Vila Yolanda tornou-se um símbolo de uma gestão em que a estética parece correr na frente da eficiência. E enquanto a tinta resiste bravamente ao tempo, a manutenção continua desaparecida.

Afinal, uma cidade não precisa de maquiagem. Precisa de administração. E, principalmente, de alguém que troque o pincel pela solução.



Pintar a grama sobre o asfalto pode? Mas afinal. Quem fiscaliza o Fiscal?

A tinta cobriu a grama, mas não escondeu a incompetência, ou é a arte moderna da zeladoria pública?



Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Enrique Alliana

Se existia alguma dúvida de que a criatividade na administração pública poderia superar qualquer expectativa, ela acaba de ser esclarecida na Avenida Safira, em Foz do Iguaçu.

Uma empresa terceirizada contratada pela Prefeitura realizou a pintura da sinalização horizontal com tanto entusiasmo que resolveu inovar: pintou até a grama que invadiu o asfalto.

Quem aprovou essa pintura sobre a grama?

É isso mesmo. Em vez de retirar a vegetação antes da

pintura, optou-se pelo método mais prático, ou talvez mais preguiçoso: passar tinta por cima de tudo. O resultado? Uma obra digna de exposição em um museu de improvisos administrativos.

Fotos registram a cena e deixam evidente que não se trata de opinião, mas de um serviço executado sem o mínimo cuidado. Afinal, tinta não faz manutenção. Apenas esconde, temporariamente, um problema que deveria ter sido resolvido antes.

A zeladoria ficou só no discurso?

O prefeito General Joaquim Silva e Luna construiu boa parte de sua imagem defen-

dendo que "o lugar do prefeito é nas ruas". Megaoperações de limpeza, roçadas, tapa-buracos e ações de zeladoria são constantemente divulgadas como marcas da gestão.

Mas a cena da Avenida Safira levanta uma pergunta inevitável: onde estava essa fiscalização quando autorizaram uma pintura que transformou até a grama em faixa de trânsito?

Se a administração cobra eficiência dos servidores e das empresas contratadas, é razoável esperar que o mesmo rigor seja aplicado na fiscalização dos contratos públicos. Porque, convenhamos, bastava uma simples enxada para remover o excesso de vege-

tação antes da pintura. Não era uma obra de engenharia espacial.

Quem fiscaliza quem deveria fiscalizar?

O problema talvez nem seja a tinta sobre a grama. O verdadeiro problema é a ausência de alguém disposto a dizer: "Esse serviço está errado."

Existe um fiscal do contrato. Existe uma chefia. Existe uma secretaria responsável. Existe uma estrutura inteira encarregada de garantir que o dinheiro público seja bem empregado.

Quando um erro tão elementar passa despercebido, surge a pergunta que incomo-

da qualquer contribuinte: quem fiscaliza o fiscal?

Porque, quando se pinta grama sobre o asfalto pode até render boas piadas nas redes sociais. O que não deveria virar rotina é a falta de critério na execução e na fiscalização de serviços pagos com recursos da população.

O retrato da zeladoria: tinta na grama e silêncio na fiscalização

Se a zeladoria é o principal cartão de visitas da gestão, talvez esteja na hora de lembrar que capricho não é detalhe. É obrigação. Afinal, tinta cobre o verde da grama, mas não consegue esconder a falta de fiscalização.

PROFESSORAS CONTRA A PREVENÇÃO?

Vereadoras Marcia Bachixte e Valentina Rocha votaram contra projeto educativo sobre drogas nas escolas

Professoras votaram contra projeto de Lei que propõe mensagens de prevenção às drogas nos materiais escolares da rede municipal de ensino

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política, cada voto conta. Mas alguns votos deixam marcas que dificilmente podem ser explicadas apenas por questões ideológicas. Quando duas vereadoras que construíram suas trajetórias na educação decidem votar contra um projeto de prevenção às drogas voltado às crianças da rede municipal, a perplexidade é inevitável.

Quando o silêncio no plenário fala mais alto que qualquer discurso

Foi exatamente isso que ocorreu na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. O Projeto de Lei nº 293/2025, de autoria do vereador Soldado Fruet, propôs algo simples: utilizar a contracapa de cadernos, agendas e materiais escolares distribuídos gratuitamente pelo município para divulgar mensagens educativas sobre os riscos do uso de drogas. Nada de campanhas milionárias. Nada de aumento de despesas. Apenas informação preventiva em materiais que já seriam produzidos. Ainda assim, o projeto encontrou resistência.

O "não" das professoras

A proposta foi aprovada por dez vereadores. Porém, quatro parlamentares votaram contra: Márcia Bachixte, Valentina Rocha, Adnan El Saied e Yasmin Hachem.

O detalhe que chama atenção é que Márcia Bachixte e Valentina Rocha são profes-

soras. Mais do que isso: Márcia Bachixte preside justamente a Comissão de Educação da Câmara.

Quem melhor do que educadores conhece os desafios enfrentados diariamente dentro das escolas?

Quem convive com alunos sabe que a prevenção sempre foi considerada uma das ferramentas mais eficientes no enfrentamento às drogas. Informar antes é muito mais inteligente do que remediar depois.

Por isso, causa estranheza que justamente representantes da área da educação tenham rejeitado uma proposta de caráter educativo.

O silêncio que virou protagonista

Em democracia, votar contra faz parte do processo legislativo. O problema não está no voto contrário. O problema começa quando esse voto não vem acompanhado de uma explicação.

Após a defesa do projeto feita pelo autor, nenhum dos vereadores que rejeitaram a proposta utilizou a tribuna para justificar sua posição.

Nenhum argumento técnico. Nenhuma crítica ao texto. Nenhuma sugestão de aperfeiçoamento.

Nada. Sobrou apenas o silêncio. E na política, o silêncio costuma ser ocupado pela interpretação da sociedade.

Uma prevenção sem custo virou motivo de rejeição

O projeto teve o cuidado de



evitar qualquer impacto financeiro. A regra valerá apenas para futuras licitações. Não exige descarte de materiais existentes. Não altera contratos em vigor.

As mensagens deverão ser elaboradas em linguagem adequada para cada faixa etária, seguindo orientação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.

Ou seja, trata-se de uma medida de conscientização, e não de uma campanha de choque. Diante disso, permanece a dúvida: qual foi exatamente a razão para votar contra?

Entre o discurso e a prática

É comum ouvir discursos inflamados sobre a importância da educação, da proteção às crianças e do combate às drogas. Na tribuna, todos defendem a infância. Nas redes sociais, todos publicam mensagens emocionadas sobre cuidar das novas gerações.

Mas quando chega a hora da votação, o discurso encontra o teste mais importante: o painel eletrônico. E foi justamente ali que duas representantes da educação escolheram apertar o botão contrário.

Naturalmente, um voto contrário não significa, por si só, que alguém seja favorável ao consumo de drogas. Essa conclusão não pode ser feita apenas com base no resultado da votação. Mas justamente por isso cresce a importância de explicar publicamente quais razões levaram à rejeição de uma proposta voltada à prevenção.

Sem justificativa, sobra espaço para questionamentos e interpretações.

Quem deve uma resposta?

Pais, professores e a própria comunidade escolar têm o direito de compreender as decisões tomadas por seus representantes. Se havia falhas no projeto, quais eram? Se existia

alternativa melhor, qual seria? Se a proposta era inadequada, por quê? Essas perguntas permanecem sem resposta.

Enquanto isso, fica registrada uma situação difícil de ignorar: um projeto educativo, preventivo, sem aumento de custos e destinado à conscientização de crianças e adolescentes foi rejeitado justamente por duas parlamentares cuja trajetória profissional está ligada às salas de aula.

A democracia garante o direito de votar contra. Mas também exige transparência para explicar esse voto. Porque, quando representantes da educação dizem "não" a uma medida de prevenção sem apresentar qualquer justificativa pública, o debate deixa de ser apenas político.

Passa a ser uma cobrança legítima da sociedade por coerência entre o discurso, a profissão e a responsabilidade de quem foi eleito para defender o interesse público.

QUEM PUXA AS CORDAS?

Quem realmente manda no mandato da Vereadora Marcia Bachixte?

Chefe de gabinete da vereadora é esposa do irmão da ex-primeira dama Rosa Maria Jerônimo Lima

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política, existe um velho ditado: quem assina nem sempre decide. Em alguns gabinetes, o voto é do parlamentar, mas o roteiro parece ser escrito por outras mãos. E quando os nomes começam a se conectar como peças de um quebra-cabeça político, a dúvida deixa de ser mera curiosidade para se transformar em uma questão de interesse público.

O gabinete de Marcia Bachixte levanta uma pergunta que a própria vereadora deveria responder

É exatamente isso que acontece quando se observa a composição do gabinete da vereadora Marcia Bachixte.

Enquanto muitos imaginavam que a vereadora contava com quatro assessores, a consulta ao Portal da Transparência revela cinco servidores lotados no Gabinete 14, todos ocupando cargos comissionados, com remunerações próximas de R\$ 13 mil mensais.

Um gabinete, cinco assessores e uma coincidência que chama atenção

Até aí, nada de extraordinário. O problema surge quando se analisa quem ocupa a principal função do gabinete.

A chefe de gabinete é Maria Cristina Leal de Melo Lima.

E aí a política de Foz do Iguaçu mostra que, às vezes, o sobrenome vale mais do que um currículo.



Maria Cristina Leal de Melo Lima é esposa do irmão da ex-primeira dama Rosa Maria Jerônimo Lima.

Coincidência? Casualidade? Ou apenas mais um capítulo da velha política que insiste em trocar apenas os personagens, mantendo o mesmo roteiro?

O compadrio que não sai de cena

Não é segredo para ninguém que Rosa Maria Jerônimo Lima e Marcia Bachixte possuem uma relação de extrema proximidade, sendo publicamente tratadas como comadres.

Juridicamente, é verdade: "comadre" não é parentesco previsto na legislação. Portanto, a Súmula Vinculante nº 13 do STF, que trata do nepotismo, não alcança automaticamente essa situação.

Mas política não vive ape-

nas de legalidade.

A Constituição também exige moralidade, impessoalidade e interesse público.

E é justamente nesse ponto que começam as perguntas incômodas.

Quando a legalidade não basta

O fato pode não caracterizar nepotismo clássico.

Entretanto, quando pessoas ligadas por relações familiares, políticas ou de extrema confiança passam a ocupar posições estratégicas em cargos comissionados, o debate deixa de ser jurídico e passa a ser ético.

A pergunta inevitável é:

A escolha ocorreu exclusivamente pela capacidade técnica?

ou a amizade e as relações pessoais pesaram mais do que qualquer critério profissional?

Na administração pública, não basta parecer correto. É preciso convencer a sociedade de que realmente foi.

Quem manda no gabinete?

Toda chefe de gabinete exerce enorme influência sobre um mandato.

Ela coordena equipe, controla agendas, orienta estratégias, filtra demandas, acompanha projetos e participa diretamente das decisões administrativas e políticas.

Ou seja, não ocupa um cargo decorativo.

Por isso, quando essa função é exercida por alguém ligado ao núcleo político da ex-primeira-dama do município, cresce uma dúvida claramente

As sombras do nepotismo cruzado

Especialistas lembram que o nepotismo cruzado não depende apenas de parentesco direto. Quando existe troca de favores, utilização de pessoas próximas ou nomeações destinadas a preservar influência política, a situação pode atrair o olhar dos órgãos de controle. Não se afirma que isso ocorreu.

Mas a composição do gabinete cria um cenário que, no mínimo, desperta questionamentos legítimos. E perguntas não são acusações. São exatamente o combustível da fiscalização pública.

O silêncio alimenta as suspeitas

Talvez exista uma explicação simples para tudo isso. Talvez Maria Cristina Leal de Melo Lima tenha sido escolhida exclusivamente por sua qualificação técnica.

Talvez todas as coincidências sejam apenas... coincidências.

Mas enquanto nenhuma justificativa transparente for apresentada, permanecerá ecoando uma pergunta que não sai da cabeça do contribuinte:

Quem realmente conduz o mandato de Marcia Bachixte?

Porque, na política, há uma máxima impossível de ignorar: quando os laços pessoais aparecem com mais força do que os critérios técnicos, a confiança pública começa a pedir explicações. E, em democracia, prestar contas não é um favor e sim uma obrigação.

Nome do(a) Funcionário(a)
MARIA CRISTINA LEAL DE MELO LIMA
502166
Situação
ATIVO
Admissão
12/03/2025
Cargo / Função
Chefe de Gabinete
Carga Horária
40
Classe / Natureza
CC - CARGO COMISSÃO
Lotação
GABINETE 14
Remuneração
12.276,44

Zé Elias: De candidato rejeitado nas urnas a coordenador de campanha

Quando o currículo pesa mais pelo passado do que pelas promessas

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política, costuma-se dizer que experiência conta. Mas há casos em que o passado pesa tanto que acaba se tornando o principal adversário do próprio candidato. Afinal, discursos podem ser reescritos, slogans podem mudar e campanhas podem ganhar novas cores. O histórico administrativo, porém, continua registrado em documentos, processos, decisões judiciais e atas de comissões parlamentares.

José Elias Castro Gomes, conhecido como Zê Elias, hoje ocupa posição estratégica como coordenador da campanha do senador Sergio Moro pelo União Brasil. Antes disso, porém, construiu uma trajetória marcada por episódios que seguem provocando questionamentos e controvérsias em Foz do Iguaçu.

A Secretaria da "Transparência" que terminou em opacidade

Em janeiro de 2021, durante a gestão do então prefeito Chico Brasileiro, foi criada a Secretaria Municipal de Transparência e Governança.

O nome da pasta parecia promissor: fortalecer mecanismos de prevenção à corrupção, aperfeiçoar controles internos e ampliar a governança pública.

Para comandar justamente a secretaria responsável pela transparência foi escolhido José Elias Castro Gomes, ou simplesmente "Zé Elias".

Na teoria, tudo parecia moderno. Na prática, a história seguiria outro roteiro.

Pouco tempo depois, o

então secretário passou a coordenar um dos processos administrativos mais polêmicos da administração municipal: a tentativa de decretação da caducidade do contrato do Consórcio Sorriso.

O que era apresentado como uma solução definitiva para o transporte coletivo terminou se transformando numa longa batalha judicial.

O castelo de cartas desabou nos tribunais

O decreto de caducidade acabou sendo anulado pela Justiça. Primeiro na Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu. Depois, a decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Mais tarde, recursos também não prosperaram no Superior Tribunal de Justiça.

Na sentença de primeira instância, o juiz Rodrigo Luís Giacomini apontou contradições na motivação apresenta-

da pelo Município.

Segundo a decisão, enquanto a Prefeitura alegava que a redução da frota justificava a caducidade, o próprio edital elaborado posteriormente previa quantidade mínima de veículos inferior à frota então existente.

Para o magistrado, essa inconsistência violava a chamada Teoria dos Motivos Determinantes, tornando o ato administrativo ilegal.

Em outras palavras, a principal justificativa utilizada pelo Município não resistiu ao exame judicial.

O resultado foi devastador politicamente.

O projeto que deveria simbolizar eficiência administrativa tornou-se um exemplo de derrota jurídica.

Agora resta acompanhar o desdobramento das discussões envolvendo eventual indenização decorrente do caso.



Do "Quinhentão por Voto" ao comando da campanha

Quem perdeu nas urnas agora quer ensinar como vencer; Currículo recheado de polêmicas a promoção garantida

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

Um dos episódios mais explorados politicamente por Zé Elias ocorreu em setembro de 2021.

Zé Elias, o Robin Hood às avessas

Na ocasião, anunciou a doação de R\$ 82.709,11, correspondentes aos salários recebidos durante oito meses como secretário.

O gesto foi amplamente divulgado.

O discurso também.

Segundo afirmou na época, Deus lhe teria concedido talento para o empreendedorismo e prosperidade, razão pela qual devolver aquele dinheiro seria uma forma de compartilhar o que recebeu.

A narrativa era praticamente cinematográfica.

O secretário que trabalhava de graça.

O empresário bem-sucedido.

O gestor altruísta.

Só havia um pequeno problema.

Enquanto os holofotes iluminavam a renúncia salarial, os processos envolvendo a caducidade caminhavam para sucessivas derrotas judiciais.

A economia proporcionada pelos salários devolvidos passou a parecer quase simbólica diante dos riscos financeiros decorrentes da anulação do decreto.

Era como apagar um incêndio com um copo d'água depois de abrir o registro do hidrante.

A CPI que trouxe mais perguntas do que respostas

Após sua saída do governo, veio outro capítulo. A Câmara Municipal instalou a CPI do Transporte Coletivo.

Durante as oitivas, o então sindicalista Dilto Vitorassi fez duras críticas à atuação do ex-secretário.

Entre as declarações registradas, afirmou que Zé Elias seria "muito burro" e "não saberia fazer contas".

Também relatou que teria havido articulações envolvendo empresas interessadas na futura concessão do transporte coletivo. Essas declarações fizeram parte dos depoimentos prestados à CPI e ganharam repercussão pública.

Independentemente da concordância ou não com essas afirmações, o episódio ampliou o desgaste político do ex-secretário.

A guerra contra a imprensa

Outro capítulo marcante envolveu a relação entre Zé Elias e o jornal Tribuna Popular.

Reportagens sobre a CPI e seus desdobramentos motivaram ações judiciais nas quais o ex-secretário buscava impedir a divulgação das informações.

Os pedidos, contudo, não prosperaram.

A Justiça manteve a publicação das matérias.

Na prática, a tentativa de silenciar críticas acabou produzindo efeito contrário: ampliou ainda mais a repercussão



dos episódios.

Na política, às vezes a tentativa de esconder um assunto faz exatamente o oposto.

Transforma-o em manchete permanente.

Quase R\$ 900 mil para menos de dois mil votos

Veio então a eleição municipal de 2024. Depois de anos ocupando cargos estratégicos, Zé Elias decidiu disputar a Prefeitura.

O resultado foi expressivo apenas em um aspecto. Nos gastos.

Segundo as prestações de contas divulgadas à Justiça Eleitoral, sua campanha movimentou R\$ 871.660,50.

Nas urnas, porém, vieram apenas 1.791 votos.

A conta chama atenção. Cada voto representou aproximadamente R\$ 486,68 em despesas de campanha.

Naturalmente, campanhas eleitorais não podem ser avalia-

das apenas pelo custo por voto.

Ainda assim, o contraste entre investimento e desempenho político acabou tornando-se um dos principais símbolos do fracasso eleitoral da candidatura.

Muito recurso.

Pouco resultado.

Muito marketing.

Pouca adesão popular.

Do palanque para os bastidores

Derrotado nas urnas, Zé Elias não desapareceu da política. Apenas mudou de posição.

Saiu da condição de candidato para assumir funções estratégicas nos bastidores.

Hoje coordena a campanha do senador Sergio Moro pelo União Brasil.

É uma escolha política legítima do partido.

Mas inevitavelmente traz consigo todo o histórico administrativo e eleitoral de quem ocupa essa função.

Na política, coordenadores também carregam currículos.

E currículos são avaliados tanto pelos aliados quanto pelos adversários.

A memória é o maior cabo eleitoral

A política costuma apostar na curta memória do eleitor.

Mas documentos permanecem. Sentenças permanecem. Acórdãos permanecem. Relatórios permanecem.

Assim como permanecem os resultados eleitorais.

A trajetória de Zé Elias reúne episódios que continuam sendo objeto de debate público: a condução do processo da caducidade, as derrotas judiciais, as críticas surgidas na CPI do Transporte Coletivo, os conflitos com a imprensa e uma campanha eleitoral que consumiu elevado volume de recursos para um desempenho modesto nas urnas.

Mais derrotas que vitórias, mais cargo que votos

Agora, longe das urnas e mais próximo da estratégia, ele assume o papel de coordenador de campanha.

A pergunta que inevitavelmente acompanha essa nova missão não é sobre o passado em si, mas sobre o peso que esse passado terá na credibilidade política de quem pretende conduzir projetos eleitorais de maior alcance.

Na política, cargos mudam. Funções mudam. Discursos mudam.

Mas a memória pública costuma ser bem menos flexível.

DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS?

Cabo Cassol apoia deputado paraquedista em meio à controvérsia sobre racismo

Coerência vale para todos ou apenas para os adversários. Seria falso moralismo ou fidelidade política?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

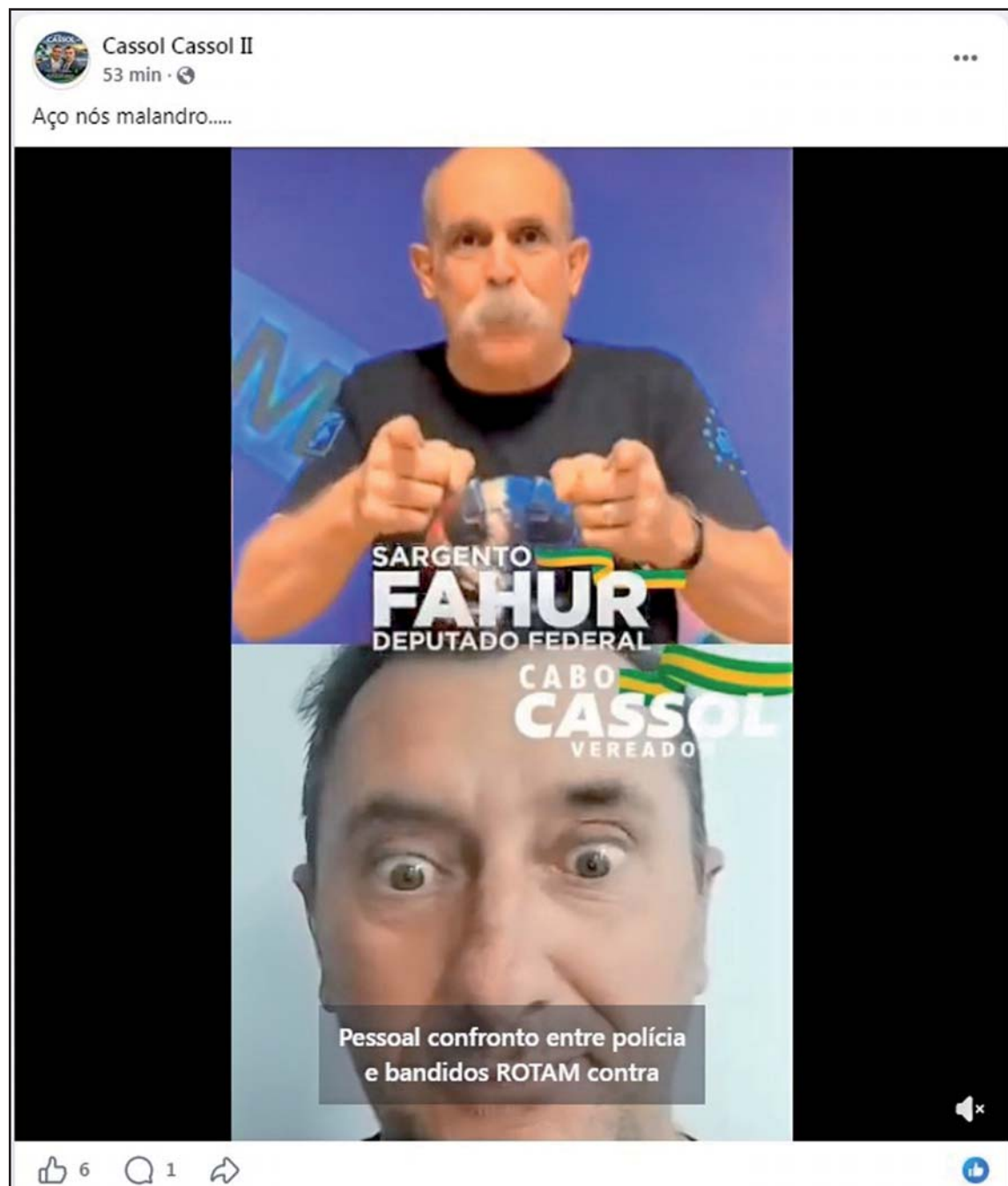
Na política, coerência costuma ser um patrimônio raro. Mais raro ainda quando o discurso moralizante precisa sobreviver ao confronto com os próprios aliados. Em Foz do Iguaçu, esse debate volta ao centro das atenções diante da atuação do vereador Cabo Cassol (PL), que tem declarado publicamente seu apoio ao deputado federal Sargento Fatur e sua intenção de fortalecer a candidatura do parlamentar na região.

A primeira pergunta é inevitável: por que um vereador eleito para representar os interesses de Foz do Iguaçu dedica seus esforços eleitorais a um deputado de outra região do Paraná? O Partido Liberal possui diversas lideranças espalhadas pelo Estado, inclusive na região Oeste. Ainda assim, a opção foi concentrar apoio em um parlamentar cuja base política está distante dos problemas cotidianos enfrentados pelos iguaçuenses.

Aliado do Ver. Cabo Cassol apoia proposta que gera alerta sobre racismo

O debate ganhou novos contornos após a aprovação, na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, do Requerimento nº 308/2026, subscrito por Sargento Fatur juntamente com Capitão Alden (PL-BA), Sargento Gonçalves (PL-RN) e Alberto Fraga (PL-DF).

A proposta não altera imediatamente a Lei do Racismo, mas autoriza que seja apresentada ao Plenário uma emenda ao Projeto de Lei nº 896/2023. O texto prevê uma ressalva segundo a qual manifes-



tações de natureza religiosa, filosófica, científica, acadêmica ou política não configurariam crime, salvo quando houvesse incitação direta e inequívoca à violência ou à discriminação.

Juristas e críticos da iniciativa apontam que essa redação poderá ampliar discussões judiciais sobre os limites entre liberdade de expressão e condutas discriminatórias, permitindo que determinadas manifestações sejam defendidas como opiniões ou convicções, cabendo ao Judiciário analisar cada caso concreto.

Quando a moral seletiva encontra a conveniência política

Quem constrói sua imagem política com discursos rigorosos sobre segurança pública e cumprimento da lei naturalmente desperta expectativas igualmente rigorosas quanto à coerência de suas posições.

Também chama atenção a frequência com que vídeos e declarações de Sargento Fatur são reproduzidos nas redes sociais de seus apoiadores, exaltando confrontos policiais e utilizando slogans co-

nhecidos como "dois CPF cancelados". Trata-se de uma retórica que desperta forte apoio entre alguns setores da sociedade, mas também recebe críticas de especialistas e defensores dos direitos humanos, que alertam para os riscos de simplificação de temas complexos relacionados à segurança pública.

A política exige coerência

O eleitor costuma aceitar divergências. O que dificilmente aceita é a percepção de incoerência. Se um representan-

te público defende que a lei deve ser aplicada com firmeza, essa mesma firmeza tende a ser cobrada quando seus aliados assumem posições que provocam intenso debate jurídico e constitucional. Não basta exigir rigor apenas para os adversários políticos; coerência significa aplicar o mesmo critério aos próprios aliados.

A democracia pressupõe liberdade de expressão, mas também estabelece limites quando direitos fundamentais, como a proteção contra a discriminação racial, entram em discussão. É justamente nesse equilíbrio delicado que o Parlamento, o Judiciário e a sociedade são chamados a atuar.

No fim das contas, cabe ao eleitor responder uma pergunta simples: o representante está priorizando os interesses de sua cidade e mantendo coerência entre discurso e prática, ou apenas reproduzindo a agenda política de lideranças nacionais? Em uma democracia, essa avaliação pertence exclusivamente à população, nas urnas.

Afinal bandido bom é bandido morto?

O pior de tudo isso, é que o Vereador Cabo Cassol república nas suas redes sociais vídeos do Deputado Sargento Fatur brindando quando policiais militares matam em confronto. Afinal para eles "bandido bom é bandido morto". Cabo Cassol publicou "Aço nós malandros".

Mas afinal, o ex-presidente Jair Bolsonaro também é considerado um bandido para o Poder Judiciário, tanto é que esta cumprindo pena de 27 anos de prisão por inúmeros crimes cometidos.

Ou será que existe bandido bom entre bandidos?



PROGRAMAÇÃO CULTURAL

ESPAÇO PORTO CANOAS

SEXTAS-FEIRAS • 10, 17 E 24/07



ATRAÇÃO MUSICAL • 11H ÀS 15H



OFICINA DE MÁSCARAS • 12H ÀS 17H

SÁBADOS • 11, 18 E 25/07



ATRAÇÃO MUSICAL • 11H ÀS 15H



OFICINA CIRCENSE • 12H ÀS 17H



PINTURA FACIAL • 12H ÀS 17H

DOMINGOS • 12, 19 E 26/07



ATRAÇÃO MUSICAL • 11H ÀS 15H



OFICINA DE GESSO • 12H ÀS 17H



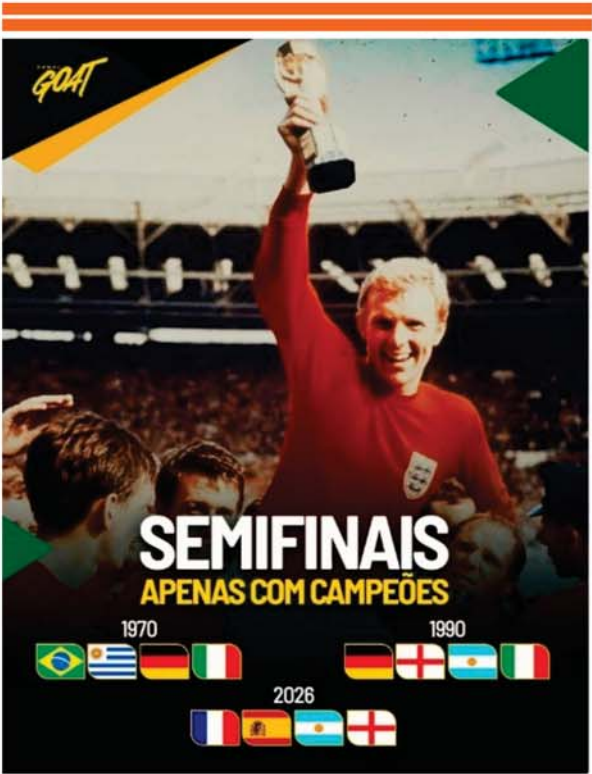
Foto: DAZN

Protagonistas de cada seleção semifinalistas

Pela primeira vez desde a criação do sistema de pontos, as quatro melhores seleções do planeta confirmam o favoritismo absoluto e avançaram juntas rumo ao título

A Copa do Mundo da FIFA 2026 atingiu um feito inédito e histórico em sua reta final. Pela primeira vez na história do futebol masculino, os quatro primeiros colocados do ranking oficial da FIFA — França, Argentina, Espanha e Inglaterra. Superaram todos os cruzamentos e garantiram suas vagas nas semifinais da competição.

De acordo com dados destacados pela DAZN e confirmados pela FIFA logo após o encerramento das quartas de final, esta é a primeira edição do torneio a registrar tal consistência estatística desde que o ranking mundial de seleções foi criado em 1993. Historicamente, o mata-mata da Copa sempre foi palco de grandes surpresas e eliminações precoces de gigantes. No entanto, o formato de chaves estratégicas implementado nesta edição espalhando os principais cabeças de chave em quadrantes opostos pavimentou o caminho para que os favoritos mantivessem a soberania técnica em campo.



Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB



De Tigana a Irankunda os raros gols de quem nasceu em países que nunca disputaram Copas

Copa do Mundo de 2026 teve 289 jogadores nascidos em países diferentes dos que defendem. Desse total, 14 convocados nasceram em nações que nunca disputaram a competição ou que nem sequer são filiadas à FIFA. Catar e Austrália lideram essa lista. O Sudão é o país sem Copa com mais jogadores "naturalizados."

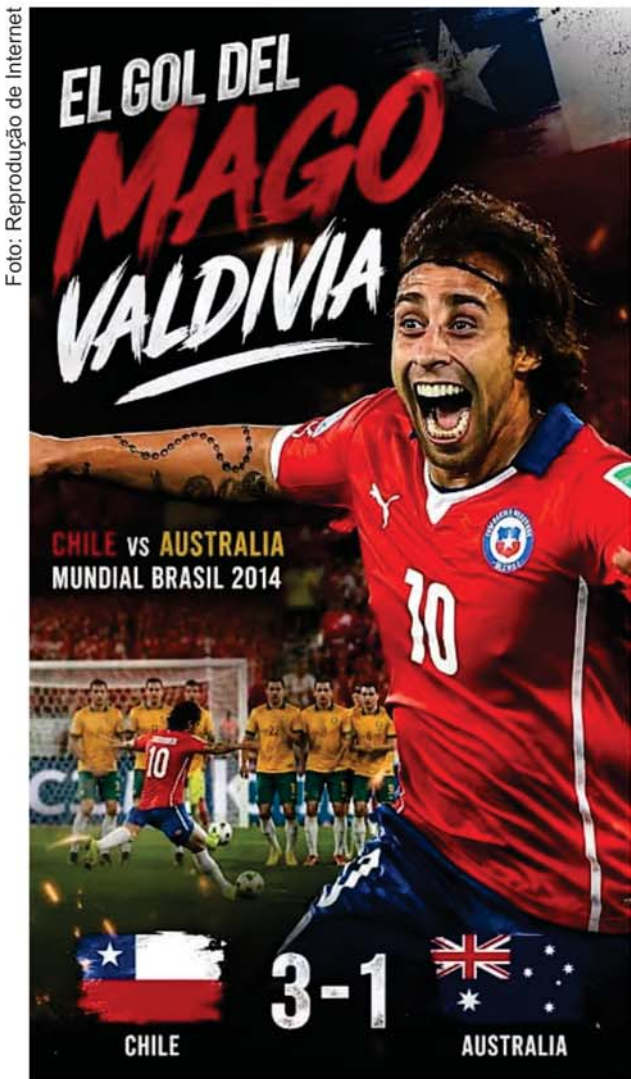
Na história, apenas cinco jogadores nascidos em países que nunca disputaram uma Copa do Mundo fizeram gols por outras nações.

Confira a Lista

Jogador	Seleção que Defendeu	Edição da Copa	País de Nascimento
Jean Tigana	França 🇫🇷	México 1986	Mali 🇲🇱
Aron Winter	Holanda 🇳🇱	Estados Unidos 1994	Suriname 🇸🇷
Jorge Valdía	Chile 🇨🇱	Brasil 2014	Venezuela 🇻🇪
Óscar Duarte	Costa Rica 🇸🇨	Brasil 2014	Nicarágua 🇳🇮
Nestory Irankunda	Austrália 🇦🇺	EUA, México e Canadá 2026	Tanzânia 🇹🇿



Irankunda marcando contra a Turquia nesse Mundial



Valdía jogou duas Copas do Mundo 2010 e 2014

f Abilio Henrique Bottega
 bottega_77
 Bottega77 @futebolista2
 Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
 críticas e elogios entre
 em contato
 abiliobottega@hotmail.com



Copa do Mundo 2026

As seleções que alcançaram as semifinais da Copa do Mundo desde 2006

Completando nesse ano 20 anos e 6 edições de Copa do Mundo



A Dinastia Francesa e o Domínio do Topo

Os Blues se consolidaram de forma indiscutível como a potência dominante do século XXI no cenário de Copas. Com 4 aparições em semifinais desde 2006 e conquistando o título em uma oportunidade em 2018 (2006, 2018, 2022 e 2026), os franceses ostentam uma regularidade assustadora, impulsionada por gerações repletas de talentos mundiais e uma consistência competitiva que nenhuma outra equipe conseguiu replicar no período.

A Elite Regular

Alemanha e Argentina aparecem logo atrás. Enquanto os alemães dominaram o início do século com três presenças seguidas (2006, 2010 e 2014), os argentinos centralizaram sua força na "Era Lionel Messi", somando o terceiro avanço histórico na atual Copa. (2014, 2022 e 2026).



Confira a Lista Completa

Semifinais de Copa do Mundo desde 2006

 França (4)	 Brasil (1)
 Alemanha (3)	 Itália (1)
 Argentina (3)	 Uruguai (1)
 Holanda (2)	 Portugal (1)
 Espanha (2)	 Marrocos (1)
 Inglaterra (2)	 Bélgica (1)
 Croácia (2)	

Edição Finalizada Sábado 18/07 as 14H

Camille
Pilo



Quando o denunciismo insiste em ressuscitar o que o Ministério Público já enterrou

Treze anos de denúncias, duas investigações e o mesmo resultado; MP já decidiu, mas a polêmica se recusa a ser enterrada

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Existe um velho ditado que diz que uma mentira repetida mil vezes tenta parecer verdade. No Jardim São Paulo, porém, parece que algumas denúncias resolveram desafiar até mesmo a lógica. Há mais de uma década, um pequeno grupo de moradores insiste em impedir a ampliação do Cemitério Municipal com uma coleção de alegações que, até agora, não conseguiram sobreviver ao confronto com documentos oficiais.

Nos últimos meses, o Tribuna Popular voltou a receber uma enxurrada de reclamações. Segundo os denunciantes, a ampliação do cemitério provocaria desde a desvalorização dos imóveis até uma suposta explosão de animais peçonhentos e pernilongos. Houve até quem afirmasse que o jornal estaria "acobertando crimes" apenas por não publicar acusações sem qualquer comprovação.

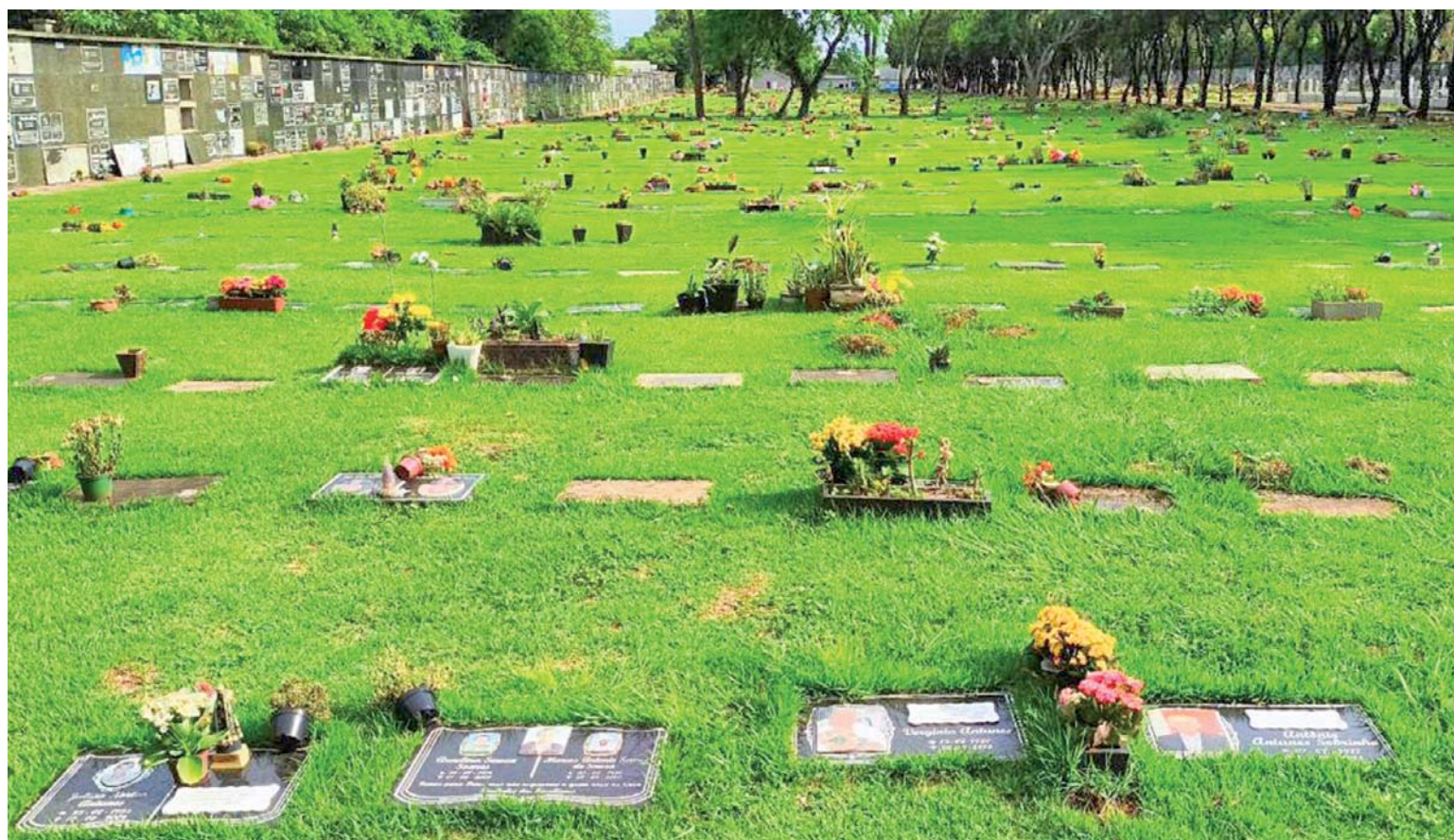
Curiosamente, quando chegou a hora de apresentar provas, sobraram discursos e faltaram documentos.

Quando a papelada fala mais alto que o megafone

Enquanto as acusações eram sustentadas apenas por relatos verbais, a outra parte apresentou um extenso conjunto de documentos envolvendo diretamente o Ministério Público do Paraná.

E a história mostra que essa novela está longe de ser inédita.

Em 2011 começaram as primeiras denúncias alegando irregularidades ambientais na



ampliação do cemitério. O Ministério Público instaurou procedimentos, requisitou informações ao então Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e analisou toda a documentação existente.

O resultado apareceu em 2012: arquivamento.

Não satisfeitos, os denunciantes voltaram à carga anos depois.

Quando os documentos dizem uma coisa e o denunciismo insiste em outra

Em 2021, um novo Inquérito Civil Público foi instaurado para verificar exatamente as mesmas suspeitas relacionadas ao licenciamento ambiental e às autorizações para ampliação.

Mais uma vez houve diligências, análise técnica e investigação. Mais uma vez veio

a mesma conclusão.

Em janeiro de 2023, o Ministério Público arquivou novamente o procedimento por não encontrar elementos que justificassem qualquer continuidade das investigações.

Quando um fato é analisado duas vezes, por promotores diferentes, em épocas distintas, e ambos chegam exatamente à mesma conclusão, talvez seja hora de aceitar que insistência não transforma hipótese em realidade.

Os pernilongos preferem o mato alto

Entre todas as alegações, talvez a mais curiosa seja a de que a ampliação do cemitério aumentaria pernilongos e animais peçonhentos.

A teoria, porém, esbarra numa situação bastante visível.

Enquanto a área interna do cemitério recebe limpeza e

manutenção frequentes, em diversos trechos externos próximos às residências o mato alto e a falta de conservação oferecem condições muito mais favoráveis para a proliferação desses animais.

É difícil culpar um terreno limpo quando o problema pode estar exatamente do outro lado do muro.

Quando o denunciismo vira esporte

Fiscalizar o poder público é um direito e até uma obrigação da sociedade. Denunciar irregularidades também.

Mas existe uma enorme diferença entre fiscalização responsável e denunciismo compulsivo.

Acusações sem provas, repetidas durante mais de uma década, investigadas e arquivadas pelo Ministério Público em diferentes momentos, acabam produzindo

um efeito contrário: desgastam quem denuncia e desviam a atenção de problemas reais que merecem solução.

Com tudo isso, parece que alguns preferem manter viva uma polêmica que já recebeu sua certidão oficial de encerramento.

Enquanto isso, a cidade continua enfrentando um problema concreto: a necessidade de ampliar sua capacidade de sepultamentos.

Afinal, por mais que alguns tentem ressuscitar denúncias já arquivadas, a realidade permanece implacável. Há processos encerrados, documentos públicos e decisões oficiais mostrando que determinadas histórias simplesmente já foram enterradas.

E, convenhamos, insistir em desenterrá-las pela terceira vez talvez seja o único fantasma que realmente continua rondando o cemitério.